

A diferença como princípio para a formação de subjetividades democráticas na escola

Ângela Fernandez Porto de Chades

Cada um de nós, envolvidos no desafio de pesquisar o cotidiano da escola, aprende a reconhecer que há múltiplos movimentos subvertendo aquilo que lhe é determinado. A cada olhar – despido da arrogância do já sabido – nos surpreendemos com as experiências que brotam do coletivo. Na escola encontramos a diversidade que, no cotidiano das relações humanas, traduz formas diversas de pensar, saber e existir, desafiando-nos a entender que a *diferença* é a regra e não a exceção. Nesse sentido, é preciso considerar o respeito à diferença um dos princípios para a concretização de processos sociais emancipatórios.

A superação da hegemonia sócio-cultural supõe o alargamento da equidade e a possibilidade das relações de poder serem transformadas em relações de *autoridade partilhada* (Santos, 1995: 271)

Para tanto, penso ser possível (re)significarmos as relações com os outros quando promovemos espaços de diálogo e de entendimento das diferenças enquanto elementos da singularidade das existências.

Estudos no campo do currículo destacam as tensões que atravessam o espaço escolar, sobretudo quando se coloca como central o respeito à diferença. Os discursos educacionais parecem apontar uma preocupação com o tema, principalmente na última década, quando aparecem circulando em diversos textos legais, termos como *respeito à liberdade, tolerância recíproca, pluralidade cultural* etc. De certo modo, há que se avaliar que sentidos estão subjacentes a tais discursos e políticas, que deveriam tomar corpo no interior da escola como ações e posturas de combate ao preconceito e à exclusão.

Deleuze e Guattari (2007), ao apresentarem o conceito de rizoma, me ajudam a interpretar os saberes tecidos no cotidiano como um emaranhado de experiências infundáveis que se deslocam por linhas de estabilidade e territorialização, mas também por linhas de fuga, desterritorializando-se. Nesse movimento desdobram-se *acontecimentos*, que mesmo pequenos, podem escapar daquilo que é instituído como legítimo e verdadeiro.

No diálogo cotidiano entre os saberes – científicos, disciplinares e experienciais – emergem possibilidades de democracia, das quais fazem parte as tensões que acompanham os atores escolares ao buscarem horizontalizar as relações de poder e valorizar as diferentes formas de conhecer o mundo.

O processo de subjetivação democrática decorreria, na perspectiva de Deleuze e Guattari, de *agenciamentos coletivos*, do desejo de movimentar novos sentidos, produzidos nos diversos espaços sociais, em especial na escola, no seio das diferentes formas de interação entre os sujeitos. Esses agenciamentos produzem oportunidades de conhecer o mundo e a nós mesmos, a partir da experiência do ato de aprender *sobre aquilo que nos passa, ou nos toca, ou nos acontece, e, ao nos passar nos forma e transforma*. (Larrosa, 2004;163). Assim, ao pensar na possibilidade da escola tornar-se espaço de socialização e subjetivação na diferença aponto que os sujeitos estão a todo o momento convivendo, agenciando, movendo fronteiras.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- LARROSA, J. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

sobre o(a) autor(a):

Professora da FERLAGOS, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ e membro do grupo de pesquisa "Redes de conhecimentos e práticas emancipatórias no cotidiano escolar".